

ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE EM PLATÃO

Análisis del principio de identidad en Platón

DINIZ, Rosa Virgínia W.

Faculdade Max Planck

Resumo: Este artigo apresenta discussão a respeito do principal princípio da Lógica Clássica, qual seja, o Princípio da Identidade dentro da obra e sob interpretação de Platão. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema utilizando-se de autores clássicos e buscando analisar a questão numa perspectiva zetética, visando esclarecer desde conceitos introdutórios até uma noção mais acurada da importância do princípio para a formulação do pensar ponderando-se, ao final, sobre identidade absoluta e identidade atributiva presentes no ser platônico.

Palavras-chave: Princípio da Identidade, Platão, ontologia.

Resumen: Este artículo presenta la discusión acerca del principal principio de la Lógica Clásica, qual sea, el Principio de la Identidad dentro de la obra y sobre la interpretación de Platón. Así que fue realizada una revisión bibliográfica sobre el tema utilizándose de autores clásicos y buscando analizar la cuestión en una perspectiva zetética, con lo intento de aclarar desde los conceptos introdutórios hasta una idea más precisa de la importancia de lo principio para la formulación del pensamiento considerándose, al final, acerca de la identidad absoluta e identidad atributiva presentes en el ser platónico.

Palabras clave: Principio de Identidad, Platón, ontologia.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar uma discussão breve e didática a respeito do principal princípio da Lógica Clássica, qual seja, o Princípio da Identidade dentro da obra e sob interpretação de Platão.

Optar por Platão deveu-se ao fato de que ao refletir acerca de tal princípio o filósofo em questão redimensionou sua própria teoria dando a ela nova significação, justificando-se, pois, a análise.

Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema utilizando-se de autores clássicos e buscando analisar a questão numa perspectiva zetética, visando esclarecer desde conceitos introdutórios até uma noção mais acurada da importância do princípio para a formulação do pensar.

O tema foi abordado a partir de revisão bibliográfica, especialmente das obras clássicas, utilizando-se, para tanto, da metodologia zetética, definida por Comte-Sponville (2011) como:

[...] do grego zetetikós, que busca ou gosta de buscar. É o outro nome do ceticismo, ou melhor, o método deste, que consiste em buscar sempre a verdade, sem nada afirmar, inclusive pela própria impossibilidade de encontrá-la. [...]

A escolha deste método visa compreender as ideias e práticas em questão, para possibilitar a constante análise e indagação, sem pretender esgotar o estudo na busca de resposta definitiva.

O estudo foi estruturado a partir de dois feixes essenciais, sendo, o primeiro de conceitos estruturadores do tema enquanto, o segundo feixe, apresenta as relações que se estabelecem a partir dos conceitos visando buscar identificar se há, ou não, confirmação da hipótese.

Princípios da Lógica Clássica

Nery (1936) alerta:

A ciência destarte não é uma moda passageira que pode ou não pode ser admitida pelos homens. É rigorosa. Necessária. Tem por demonstração um critério de certeza. Mas até onde se deverá estender a obrigação de provar? Será dar-se que todas as premissas, absolutamente todas, necessitam de demonstração? – Não. Seria impossível. Ninguém pode encaminhar assim até o infinito. É uma necessidade da nossa razão que paremos nalgum princípio.

Esses princípios necessários, comentados acima, são os princípios fundamentais da lógica clássica, que, segundo Cotrim (1997), constituem “conhecimentos anteriores à demonstração, portanto, pontos de partida para o conhecimento científico”.

Chauí (2002), discorrendo também acerca destes princípios, esclarece:

Desde seus começos, a Filosofia considerou que a razão opera seguindo certos princípios que ela própria estabelece e que estão em concordância com a própria realidade, mesmo quando os empregamos sem conhecê-los explicitamente. [...] Nós respeitamos porque somos seres racionais e porque são princípios que garantem que a realidade é racional.

Tais princípios, “uma das mais duradouras contribuições da lógica aristotélica” (ARANHA e MARTINS, 1993) são, segundo Tenório (1993), o princípio

da identidade, o princípio da não contradição e o princípio do terceiro excluído -- estes últimos subjacentes aos primeiros. Chauí (2002) e Nery (1936) complementam o rol acima com o princípio da causalidade.

Em que pese objetivar-se a discussão a respeito apenas do Princípio da Identidade, conveniente que se apresentem as definições gerais de todos dos princípios da lógica clássica acima listados, visando facilitar a compreensão.

O Princípio da Identidade propõe ‘tudo é idêntico a si mesmo’, ou, conforme Cotrim (1997), “o ser é” -- (‘A’ é ‘A’).

Este princípio tautológico, na percepção do autor em comento, pois, “seu enunciado consiste numa proposição que tem como sujeito e predicado o mesmo conceito”, seria, conforme Chauí (2002), “a condição do pensamento”, e, neste sentido esbarramos numa concepção platônica, como mais adiante se ilustrará – afirmando a mesma autora que:

[...] uma coisa só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade [...] é a condição para que definamos as coisas e possamos conhecê-las a partir de suas definições.

O Princípio da Não Contradição que determina que algo não pode “ser” e “não ser” ao mesmo tempo, sob pena de contradição (COTRIM, 1997; CHAUÍ, 2002), ou seja, (‘A’ não é ‘Não A’-- $\neg(A \wedge \neg A)$); “‘A’ é ‘A’ e é impossível que seja, ao mesmo tempo e na mesma relação, ‘não A’”.

Para Chauí (2002):

O princípio da não-contradição afirma que uma coisa ou uma ideia que se negam a si mesmas se autodestroem, desaparecem, deixam de existir. Afirma, também, que as coisas e as ideias contraditórias são impensáveis e impossíveis.

Além disto, a mesma autora esclarece que, sem este o princípio da identidade – numa concepção aristotélica – “não poderia funcionar”.

O Princípio do Terceiro Excluído seria uma forma disjuntiva, ou seja, que propõe alternativa, do Princípio da Identidade. Assim, Chauí (2002) apresenta como enunciado: “Ou A é x ou é y e não há terceira possibilidade”, (‘A’ é ‘B’ ou ‘A’ Não é ‘B’ -- $A \vee \neg A$), ainda a autora em questão esclarece que “este princípio define a decisão de um dilema - “ou isto ou aquilo” - e exige que apenas uma das alternativas seja verdadeira”.

Quanto ao Princípio da Causalidade, inicialmente comentado, conforme Chauí (2002), “afirma que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa) para existir ou para acontecer, e que tal razão (causa) pode ser conhecida pela nossa razão.” Sendo seu enunciado: “Dado A, necessariamente se dará B”. E também: “Dado B, necessariamente houve A”.

Isso não significa que a razão não admita o acaso ou ações e fatos acidentais, mas sim que ela procura, mesmo para o acaso e para o acidente, uma causa (CHAUÍ, 2002).

Interpretação do princípio da identidade na perspectiva pré-socrática

Aranha e Martins (1993), em relação a filosofia primeira, afirmam que “metafísica fornece a todas as outras ciências o fundamento comum, o objeto ao qual todas se referem e os princípios dos quais dependem. [...] o objeto da metafísica consiste em examinar o ser e suas propriedades”.

Assim, podemos observar que nos dá, a Metafísica, os princípios fundamentais e conceitos necessários para compreensão de todas as coisas. Para Aristóteles, segundo Iglésias (1998), é a primeira ciência a que busca as primeiras causas (princípios), sendo estes o fundamento, aquilo de que todas as outras coisas derivam não sendo ele derivado nem deduzido de nada.

Por princípio, Abbagnano (2007), dispõe:

*Ponto de partida e fundamento de um processo qualquer. [...] Talvez caiba distinguir outro significado: como ponto de partida e causa, o **Princípio**, às vezes é assumido como o elemento constitutivo das coisas ou dos conhecimentos. Este, provavelmente, era um dos sentidos da palavra entre os pré-socráticos, às vezes utilizado pelo próprio Aristóteles (Met., I, 3, 983 b 11; 111. 3, 998 b 30, etc). (destaque da autora)*

Feitas estas considerações, remetemo-nos a Aristóteles (1984) que, em sua obra Metafísica, livro I, cap. III, comenta que os pré-socráticos consideravam como princípio de todas as coisas ‘a natureza da matéria’ – a constituição de todos os seres, logo o que todo ser “é”.

Segundo Aristóteles (1984), houveram muitas tentativas do homem para identificar o mundo e os seres - a partir da observação das diversas modalidades de ser, o filósofo poderia, por um processo de sistematização, construir a noção de ser e de identidade.

Desta forma, estes filósofos procuravam identificar os elementos constituintes das coisas do mundo e os princípios e elementos de que eram feitas (MAIA, 2008). Portanto, a perspectiva do conhecer, do apreender a identidade dos seres ocorria de observações e ou deduções que, em que pese nos pareçam ingênuas, demonstram enorme afinco à tarefa do conhecer.

Conforme Maia (2008), “do desejo de conhecer as coisas nasceu o desejo de identificar, primeiro pelo mito depois pela razão”. Ou seja, a noção de identidade decorre da necessidade de conhecer e de se estabelecerem comparações e parâmetros.

Destarte, o mesmo autor (MAIA, 2008), esclarece que o termo identidade, cotidianamente, significa o (re)conhecimento da natureza de qualquer ser – toda coisa tem identidade na medida que é aquilo que é.

Para Comte-Sponville (2011) o princípio da identidade é o fundador “da adequação da verdade a si mesma [...] é o que faz o pensamento possível, e a verdade, necessária”.

Ainda Maia (2008), com absoluta precisão, discorre:

O princípio de identidade encerra uma grandeza ontológica, todo o mistério do ser aí se encontra e, por isso, há dificuldade de sua expressão em palavras. Mesmo que se empregue a mesma palavra “ser”, há diversidade de sentido entre o ser, sujeito, e o ser, predicado. É a diversidade funcional da mesma palavra, ora empregada como sujeito, ora empregada como predicado. A proposição, ou o juízo, reconhece a identidade na coisa existente. É um ser só, reconhecido sob aspectos diferentes, segundo a noção de sujeito e de predicado [...] O juízo de identidade não é, pois, mera repetição de conceitos, como dá a entender a fórmula $A = A$, mas uma progressão no conhecimento.

Ou seja, diferente das impressões iniciais que dão ao princípio da identidade uma melancólica monotonia, o autor acima nos aponta a ‘diversidade funcional’ inserida no princípio e sua possibilidade ontológica, e não meramente tautológica como apontam alguns autores.

Segundo Aranha e Martins (1993), a passagem do pensamento mítico ao racional é produto de condições históricas que possibilitaram a quebra paradigmática; este processo, iniciado pelos filósofos pré-socráticos, com sua diversidade de pensamentos, “procuravam dar explicação racional da origem, formação e finalidade do cosmos” (SCIACCA, 1962).

Conforme comenta Jaguaribe (2006):

O que é surpreendente, na racionalidade helênica, é o fato de que, a partir de uma contemplação do mundo privada dos conceitos da ciência moderna e de instrumentos e meios de comprovação empírica, o gênio grego tenha descoberto, no fundamental, a estrutura do Universo. São múltiplas as contribuições tanto dos pensadores denominados pré-socráticos como as dos procedentes da tríade Sócrates, Platão e Aristóteles.

Neste processo, surgiram diversas teorias sobre a natureza da matéria, entre os pré-socráticos; temos aqueles que designavam causas materiais unas – água, terra, ar, fogo – e aqueles que designavam causas materiais múltiplas como, por exemplo, a oposição de contrários. Todas visando encontrar o princípio fundamental de todas as coisas (arché) – uma vez que, como comentam Aranha e Martins (1993): “Buscar a arché é explicar qual é o elemento constitutivo de todas as coisas”.

Assim, tivemos, entre outros, Tales para quem a água (*hydor*) era o princípio da natureza, Anaximandro e o seu *apeiron* – o indeterminado, Anaxímenes (ar - *pneuma*), Heráclito de Éfeso (permanente devir) e Parmênides (o ser como tal).

Em que pese a grande contribuição e riqueza de todas as teorias dos filósofos pré-socráticos, em função da limitação do presente trabalho, optou-se por analisar a concepção do princípio da identidade a partir da perspectiva de Heráclito e Parmênides, uma vez que estes inseriram na formulação de seus conceitos, não apenas a questão da matéria em si mas também a ‘origem do movimento’, sabiamente alertada por Platão e Aristóteles (1984).

Vários autores (ARANHA e MARTINS (1993); IGLÉSIAS (1998); MAIA (2008)) destacam como aspecto fundamental do pensamento heracliteísta a impermanência das coisas - tudo muda e nada permanece - não podemos entrar duas vezes no mesmo rio.

A oposição da identidade e a oposição das diferenças explicam as transformações do ser e do não-ser (MAIA, 2008); o ser é múltiplo - existe a multiplicidade de coisas e estas são constituídas de contradições (ARANHA e MARTINS, 1993).

Segundo Maia (2008) enquanto Parmênides formulou o princípio da identidade – “princípio supremo dos seres e do conhecimento lógico” – Heráclito, com sua tese de constante mudança, não consideraria válido o princípio da identidade pois não haveria identidade permanente.

Desta forma, importante observar que o ser, segundo a concepção heracliteísta, é formado/constituído pela impermanência afastando-se pois a concepção de identidade; esta teoria, cercada por diferentes interpretações agravadas pela obscuridade de seu fundador, deve, entretanto ser considerada, como atestam Aubenque, Bernhardt e Châtelet (1973):

[...] em lugar de procurar erros e deslizes lógicos nos fragmentos de Heráclito, coisa a que somos facilmente tentados, é melhor leva-los a sério como revelando pelo menos as insuficiências do pensamento analítico, sempre em dificuldades com o devir e a novidade e incapaz de efetuar plenamente seu ideal de não-contradição quando distribui o real em seres e em relações, em seres distintos e fixos e em relações que unem esses seres.

Quanto a Parmênides, para Maia (2008), foi o primeiro a formular o princípio de identidade ou de não-contradição, princípio supremo dos seres e do conhecimento lógico, pois, afirma o filósofo, que o ser é único e imóvel, a mudança é aparência ilusória. A necessidade de pensar o ser exclui a possibilidade de movimento e pluralidade.

Ou, conforme Jaguaribe (2006):

A reflexão de Parmênides é o contraste entre ser e não ser. Ser é a totalidade do real. Não ser é o espaço vazio. Somente o ser é, o não ser não é nem pode ser pensado. [...] O ser não pode ter começo nem deixar de existir, porque não pode decorrer do não ser, nem a este se converter. O ser é indivisível, imóvel e imutável, é sempre o mesmo, nada pode dividi-lo.

Conforme Sciacca (1962) o problema do conhecimento e sua distinção, racional ou sensível, iniciam-se em Parmênides, para quem, o ser e a verdade não são dados na experiência sensorial “pois o sensível é mutável e contraditório”, estando o pensamento devotado “ao sempre imutavelmente idêntico a si mesmo”.

Desta feita, claramente discordante da concepção de Heráclito – “Parmênides defendia uma única identidade, do ser uno imutável, Heráclito afirmava que nada permanecia idêntico, tudo estava em mutabilidade permanente” (MAIA, 2008) – este filósofo chega “ao inteligível nas coisas refletindo sobre a identidade do ser. [...] É, ser e sendo. Tudo é ser, e ele não vê nada além do ser. [...] O não-ser não é, e não pode ser” (MAIA, 2008).

Princípio da Identidade na obra de Platão

Platão trata dos princípios lógicos em duas de suas obras sendo elas *Parmênides* e *Sofistas*, onde ao final realiza uma revisão de seu idealismo onde, segundo Oliveira (2013):

O pensamento das formas ideais e a hierarquia que elas estabeleciam, das quais os seres mutáveis e individuais não seriam nada além de cópias deficientes, cedeu lugar à uma filosofia mais complexa e de fundamentos mais sólidos.

Esta revisão não gera abandono absoluto de suas concepções anteriormente defendidas mas, ao que parece, corrige a perspectiva dada ao idealismo, dando-lhe, por fim uma possibilidade de visão científica.

Neste sentido Platão distingue os usos bem distintos do verbo “ser” (OLIVEIRA, 2013), sendo um no sentido predicativo enquanto, o outro, alinha-se a uma estrutura ontológica, como a seguir veremos.

Assim, o princípio da identidade, “tudo é idêntico a si mesmo” (COTRIM, 1997), cujas expressões poderiam ser representadas por “SER É SER” e “O SER É”, segundo perspectiva platônica, apresentariam diferentes funções.

Enquanto o SER, dentro da proposição “SER É SER” apresentaria a concepção ontognosiológica, considerando o ser existencial, a unicidade e a imutabilidade – próxima a proposição de Parmênides; o SER da proposição “O SER É” teria conotação predicativa (OLIVEIRA, 2013), com subjacente função linguística, numa dimensão de movimento e mudança.

Desta forma, o SER EXISTENCIAL, uno e imutável, geraria, na perspectiva do princípio da identidade, uma concepção de identidade absoluta, sendo esta inapreensível pela realidade sensível, portanto, aporética.

Entretanto, “destinada à investigação lógica da possibilidade da identidade tendo como ponto de partida a plenitude ontológica e a não-contradição inerentes ao ser uno eleata” (OLIVEIRA, 2013) – uma vez que o uso do “ser existencial” seria imprescindível para a construção do conhecimento, uma vez que, segundo Oliveira (2013):

Se a razão humana não puder distinguir uma ideia sempre a mesma, visto que a apreensão sensível não constitui um conhecimento que possa ser transmitido, daí a necessidade de se recorrer ao esquema abstrato-eidético e conceitual do lógos, simplesmente não haverá conhecimento. O sensível imediato e subjetivo, apesar de intuitivamente claro e evidente para quem

o apreende, apesar de sua riqueza e plenitude de sentido e significação, não pode ser transmitido.

Neste sentido haveria, pois convergência entre a identidade una e abstrato-eidética e a teoria das formas do idealismo platônico que tomaria para si uma função didática para viabilização do conhecimento e se desprenderia de diversas críticas, entre elas da ‘duplicidade de elementos’.

Assim, “(as) formas ideais platônicas não foram totalmente inviabilizadas, e ainda podem, caso sejam melhor examinadas, ter a sua validade garantida, sob o risco de pôr abaixo qualquer possibilidade de conhecimento” (OLIVEIRA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a essência do ser, tanto na dimensão das ideias platônicas quanto da unicidade trazem em si a dimensão do universal como método – lembrando o apriorístico kantiano. Sendo, pois, “a condição do pensamento”, conforme Chauí (2002), afirmando ainda a autora que algo só pode ser conhecido e pensado se for percebido e conservado com sua identidade, sendo esta condição para que definamos as coisas e possamos conhecê-las a partir de suas definições.

Já, a perspectiva do ‘ser predicativo’ (‘o ser é’), “terá como base a realidade dos seres contingentes que estão em constante mudança e que por isso mesmo não podem ser definidos de forma una e imóvel” (OLIVEIRA, 2013), havendo, pois uma adequação ao pensamento discursivo, “é o fato de haverem seres diferentes que dá fundamento à ideia de que o ser pode ser pensado como não-ser enquanto diferença em relação a outros seres” (OLIVEIRA, 2013).

Ou seja, “impossível o uno ser absolutamente uno, porque enquanto todo, ele possui partes, o que, deste modo, inviabiliza qualquer possibilidade de se pensá-lo de forma plenamente una, pois o uno, enquanto tal, tem de ser absolutamente indivisível”. (OLIVEIRA, 2013)

Deste modo o ‘ser não é absolutamente ser’, pois não é possível ao discurso conhecer esta identidade abstrata, entretanto, o ‘ser é’, ainda que “de forma participativa, atributiva e predicativa” (OLIVEIRA, 2013). Sendo o atributo compreensível à razão, portanto mutável e não tautológico.

Destas observações, pode-se concluir que para Platão o ser participa da essência (identidade absoluta) e da contingência (identidade atributiva) tendo ambas

funções diversas, sendo aquela necessária à formulação do pensamento abstrato enquanto esta ao concreto, sensivelmente apreensível.

A partir disto, por fim, pode-se considerar a impossibilidade de se confirmar o princípio da não-contradição aristotélico para toda a dimensão do 'ser platônico', visto que, na dimensão contingente 'o ser é' e 'o ser não é'.

Por outro lado a concepção de identidade absoluta converge com a noção de perfectibilidade presente na Teoria das Ideias de Platão tornando esta ferramenta importante no exercício do conhecimento eidético-abstrato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARANHA, M. L.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- AUBENQUE, P.; BERNHARDT, J.; CHÂTELET, F. **A filosofia pagã**: do século VI a. C. ao século III d. C. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Dicionário filosófico**. 2. ed. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2011.
- COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia**: ser, saber e fazer. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- JAGUARIBE, Hélio. **O posto do homem no cosmos**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- IGLÉSIAS, M. Pré socráticos: físicos e sofistas. In: REZENDE, A. (Org.). **Curso de Filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: SEAF, 1998.
- MAIA, R. D. **O conceito de identidade na filosofia e nos atos de linguagem**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). UFSCar. São Carlos, SP, 2008.
- NERY, Pe. J. de C. **Evolução do pensamento antigo**. Porto Alegre: Globo, 1936.
- OLIVEIRA, A. M. **Identidade, movimento e não-contradição em Platão e Aristóteles**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.
- SCIACCA, M. F. **História da filosofia**: antiguidade e idade média. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

TENÓRIO, R. M. Lógica clássica: um problema de identidade. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.11, p.15-19, jan./jun. 1993. Disponível em:

<http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/11/logica_classica_um_problema_de_identidade.pdf>. Acesso em: 16 mar.2014.

Sobre a autora

Rosa Virgínia Wanderley Diniz

Doutoranda em Educação, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pós graduanda em Filosofia Graduada em Direito, professora adjunta dos cursos de graduação e superiores em tecnologia da Faculdade Max Planck/Indaiatuba.